

Atena
Editora
Ano 2021



Ciência Política: Poder e Establishment

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021



Ciência Política: Poder e Establishment

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: poder e establishment / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-784-0

DOI 10.22533/at.ed.840211002

1. Ciência política. 2. Poder. 3. Establishment. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O campo epistemológico das Ciências Políticas possui uma incremental evolução histórica nos últimos cinco séculos permeada por uma crescente absorção e replicação de métodos, teorias e conceitos para a análise do poder e das ações políticas, razão pela qual é identificado por uma pluralidade de influências e enfoques propositivos.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, o presente livro “Ciência Política: Poder e *Establishment*” apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos políticos sobre um conjunto amplo de temas da realidade política internacional e nacional.

O objetivo desta obra é apresentar a riqueza do campo científico das ciências políticas a partir de uma abrangente agenda de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica para analisar a realidade do poder e da ação política humana em diferentes escalas espaciais e periodizações temporais.

Fruto de um trabalho coletivo desenvolvido por um conjunto de praticamente duas dezenas de pesquisadoras e pesquisadores, oriundos das macrorregiões do Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil, bem como da Colômbia, este livro faz um imersivo estudo sobre distintas realidades políticas com base em diferenciadas experiências e formações profissionais ligadas diretamente ou indiretamente ao campo das Ciências Políticas.

Estruturado em 15 capítulos, este livro apresenta relevantes pesquisas que coadunam de uma mesma lógica dedutiva, partindo da abstração teórica no campo epistemológico da Ciência Política até chegar à empiria de estudos de caso, embora trazendo uma pluralidade de diferentes recortes histórico-teórico-metodológicos para a análise.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos estudos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos.

Os diferenciados debates apresentados nesta eclética obra foram aglutinados em quadro grandes eixos temáticos, identificados respectivamente por relevantes agendas contemporâneas de estudos sobre as relações internacionais, relações intergovernamentais, aparelho de estado, sistemas de governança, bem como participação e contestação política.

Alicerçado na pluralidade do pensamento, no estado da arte e na capacidade dialógica dos estudos com a fronteira do conhecimento no campo das Ciências Políticas, este livro traz significativos subsídios para analisar e interpretar a realidade contemporânea do local ao internacional, propiciando uma rica experiência teórica e metodológica para um amplo público de leitores.

Excelente leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AMÉRICA LATINA: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE COLONIAL	
Raphael Colvara Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.8402110021	
CAPÍTULO 2	10
LE ÉLITE POLÍTICA COLOMBIANA Y EL DEBATE DE LAS REGALÍAS PARA CIENCIA Y TECNOLOGÍA. ¿DISTRIBUCIÓN DE UNA RENTA O DESARROLLO BASADO EN EL CONOCIMIENTO?	
Ricardo Gómez Giraldo	
DOI 10.22533/at.ed.8402110022	
CAPÍTULO 3	20
A CONSTRUÇÃO DO REGIME INTERNACIONAL PARA REFUGIADOS: DESAFIOS E OBSTÁCULOS EXISTENTES NO BRASIL	
Camila Santos Barros Moura	
DOI 10.22533/at.ed.8402110023	
CAPÍTULO 4	31
COMO LEGITIMAR UMA OCUPAÇÃO: A INTERVENÇÃO ESTADUNIDENSE NO IRAQUE NA PERSPECTIVA DA VEJA (2003)	
Juan Filipi Garcês	
DOI 10.22533/at.ed.8402110024	
CAPÍTULO 5	41
QUEM SE IMPORTA COM TAIWAN? NOVAS PERSPECTIVAS	
Vinícius Azevedo Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.8402110025	
CAPÍTULO 6	53
LEGITIMIDADE ESTATAL E DILEMAS DA MODERNIDADE. A MCDONALDIZAÇÃO DO ESTADO MODERNO E OS SEUS IMPACTOS NA RECONFIGURAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL	
Sérgio Czajkowski Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.8402110026	
CAPÍTULO 7	65
IDEIAS E INTERESSES NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS GOVERNOS ESTADUAIS	
Vinicius Boechat Tinoco	
DOI 10.22533/at.ed.8402110027	
CAPÍTULO 8	77
A RELAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO NA ESFERA LOCAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE BAIÃO (PARÁ) NOS GOVERNOS JANDIRA (2005-2008) E SACI (2009-2012)	
Marcos Antonio Barros Pina Junior	

Fabio Alessandro Xavier de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.8402110028

CAPÍTULO 9..... 95

A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA E DE SEUS MUNICÍPIOS - UMA CONTRIBUIÇÃO À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

Francisco Carlos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.8402110029

CAPÍTULO 10..... 111

INTERSETORIALIDADE, CONTROLE PÚBLICO E SAÚDE: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ATORES DA DÉCIMA QUINTA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Eduardo Moreira da Silva

Danúbia Godinho Zanetti

Ciro Antônio da Silva Resende

DOI 10.22533/at.ed.84021100210

CAPÍTULO 11..... 128

A OFENSIVA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: METAMORFOSES DO “TERCEIRO SETOR”

Adelaide Ferreira Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.84021100211

CAPÍTULO 12..... 141

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ATRAVÉS DO DISCURSO DE ÓDIO E DA POLARIZAÇÃO NA DEMOCRACIA

Ana Paula Schneider da Silva

Fernanda Viana Falkoski

DOI 10.22533/at.ed.84021100212

CAPÍTULO 13..... 146

NEM TODA LEGALIDADE É JUSTA, NEM TODO ESTADO É DE DIREITO DEMOCRÁTICO: O GOLPE DA JUSTIÇA INÍQUA, PARCIAL E ARBITRARIA

Nila Michele Bastos Santos

DOI 10.22533/at.ed.84021100213

CAPÍTULO 14..... 153

MINERAÇÃO E CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA EM CANAÃ DOS CARAJÁS: O CASO DO ACAMPAMENTO PLANALTO SERRA DOURADA

Marcelo Melo dos Santos

Thiago Martins da Cruz

Rafael Rodrigues Lopes

DOI 10.22533/at.ed.84021100214

CAPÍTULO 15..... 165

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

SOCIOECONÔMICO ENTRE GAROTAS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

João Victor Mendes Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.84021100215

SOBRE O ORGANIZADOR..... 176

ÍNDICE REMISSIVO..... 177

CAPÍTULO 15

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO ENTRE GAROTAS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 28/10/2020

João Victor Mendes Carvalho

Universidade Federal do Piauí

Teresina – Piauí

<http://lattes.cnpq.br/8934407729519259>

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo compreender de que forma o ingresso das alunas do colégio CETI Prof. Joca Vieira no Programa Jovem Aprendiz contribui para o desenvolvimento socioeconômico das mesmas a partir da perspectiva do gênero. Para tanto, empreende-se aqui uma pesquisa qualitativa descritiva, de natureza exploratória, mediante a realização de entrevistas de tipo semiestruturada. Como resultados, a pesquisa identificou que as referidas discentes possuem cerca de 1 ano de participação no Programa e além de se dividirem entre estudos e trabalho, realizam atividades secundárias como cursos profissionalizantes, cuidados com a família ou atividades domésticas. A fins de conclusão foi possível observar que, com a inserção no mercado de trabalho elas passaram a ter mais influência no âmbito doméstico, autonomia na esfera pessoal e possibilidades de ascensão na instância profissional/educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Jovem Aprendiz. Mercado de Trabalho. Gênero.

YOUNG APPRENTICE PROGRAM AS A FACTOR OF SOCIALECONOMIC DEVELOPMENT AMONG HIGH SCHOOL STUDENT GIRLS

ABSTRACT: This work has the goal of understand how the entry of CETI Prof. Joca Vieira students in the Young Apprentice Program contributes to their socioeconomic development from a gender perspective. To this end, a descriptive qualitative research of an exploratory nature is undertaken here, by conducting semi-structured interviews. As a result, the research identified that this students have about 1 year of participation in the Program and besides dividing themselves between studies and work, they carry out secondary activities such as professional courses, family care or domestic activities. In conclusion, it was possible to observe that, with the insertion in the labor market, they started to have more influence in the domestic ambit, autonomy in the personal sphere, and possibilities of ascension in the professional/educational instance.

KEYWORDS: Young Apprentice. Labor Market. Gender.

1 | INTRODUÇÃO

Diante de uma sociedade societária, caracterizada por contatos sociais secundários em que a proximidade física necessariamente não implica em proximidade afetiva, em termos de impessoalidade das relações sociais, o mercado de trabalho se apresenta a cada dia mais competitivo, seletivo, com postos insuficientes para abarcar um grande

contingente populacional e como consequência, constitui-se num campo de disputas mediante uma concorrência acirrada. A conquista do primeiro emprego é hoje a pretensão de sujeitos que, através do Programa Jovem Aprendiz, encontram uma oportunidade de ingressar no mercado de trabalho. Neste sentido, o Programa em questão é acionado como a ferramenta que propicia estudantes a compor a classe trabalhadora de forma a adquirirem uma vida economicamente ativa.

A presente investigação surgiu como fruto da minha experiência profissional enquanto professor vinculado à Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC-PI) na categoria SL¹, lotado na escola CETI Prof. Joca Vieira, encarregado de orientar um projeto de pesquisa sobre o tema em questão para um Circuito de Ciências promovido entre as escolas da rede estadual de ensino do Piauí. Com isso, este trabalho tem por objetivo compreender de que forma o ingresso das alunas da escola acima citada no Programa Jovem Aprendiz contribui para o desenvolvimento socioeconômico das mesmas a partir da perspectiva do gênero.

Para tanto, empreende-se aqui uma pesquisa qualitativa descritiva, tendo em vista que seus dados “consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos” (GOLDENBERG, 2004, p. 53), além de ocupar-se com “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p.42). Sua natureza exploratória permite “maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p.41).

Como meio de produção de dados, recorreremos à realização de entrevistas com perguntas semiestruturadas, por considerar que esta possibilita às entrevistadas falar livremente sobre suas experiências. Desta forma, a entrevista foi utilizada como o meio que nos permitiu inferir a concepção dos sujeitos inseridos no campo acerca das questões que giram em torno do vínculo entre gênero e empregabilidade que norteiam esta pesquisa como faixa etária, tempo de atuação no Programa, cargos desempenhados, relações interpessoais, cumprimento de rotina, dentre outras.

Cabe ressaltar ainda que a preferência por focar a participação feminina, dá-se em decorrência da experiência das interlocutoras desta pesquisa em rodas de discussão sobre questões de gênero e sua ênfase no âmbito econômico, promovidas em parceria com a “Plan International²” nas dependências da escola Joca Vieira e, principalmente, por uma necessidade de problematizar as possibilidades de inserção e permanência dessas jovens no mercado de trabalho, a posição que as mesmas têm ocupado, bem como as chances de ascensão profissional por parte delas, refletindo na redução das desigualdades sociais.

1 “Superior com Licenciatura”. Diz-se do(a) profissional da educação habilitado em nível acadêmico a partir de curso de Licenciatura Plena.

2 Trata-se de uma ONG sem vínculos religiosos e partidários, que promove ações de enfrentamento às desigualdades de gênero tendo como público alvo crianças, adolescentes e jovens.

2 I DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E SUAS DIRETRIZES

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 62, “considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional, ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor”, efetivada por intermédio de um contrato de aprendizagem. Este último trata-se de

um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e de prazo determinado, com duração máxima, em regra, de dois anos. O empregador se compromete, nesse contrato, a assegurar ao adolescente/jovem com idade entre 14 e 24 anos (não se aplica o limite de 24 anos para o jovem com deficiência), inscrito em programa de aprendizagem, uma formação técnico-profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. O aprendiz, por sua vez, se compromete a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação (art. 428 da CLT). O programa de aprendizagem será desenvolvido por entidade qualificada para esse fim. (MANUAL DA APRENDIZAGEM, 2009, p. 13).

Regido pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, o Programa de Aprendizagem envolve uma formação técnico-profissional entendida em seu artigo 6 como “atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho”. O Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) é responsável por fazer esse elo entre contratantes e funcionários(as) acionando a Lei nº 10.097/2000 (Lei da Aprendizagem) que determina que “as empresas de médio e grande porte devem incorporar em seus quadros de funcionários um número de jovens aprendizes que varia de 5% a 15%” (CARVALHO; ROCHA, 2017, p. 748).

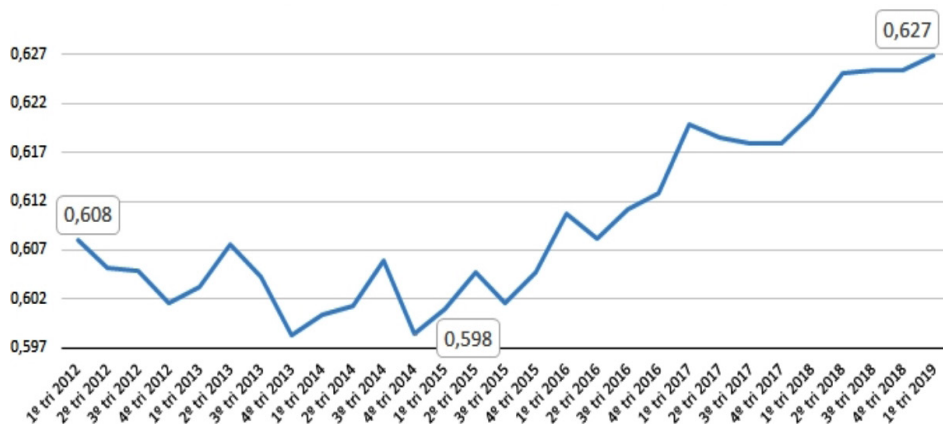
Inseridas neste cenário profissional, as interlocutoras da presente pesquisa ratificam o cumprimento da legislação pertinente por parte das empresas contratantes, de forma que, desempenham tanto atividades rotineiras, próprias de seus cargos, como de atualização profissional, além de aprenderem muito ao trabalhar conjuntamente com outros jovens aprendizes e funcionários mais antigos. A troca de experiências é o que torna o engajamento profissional mais significativo.

É importante considerar ainda que, partindo de uma compreensão de política pública como sendo a área do conhecimento que busca, simultaneamente, “colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2002, p. 05), o referido Programa tem demonstrado uma experiência positiva em inserir esses sujeitos no mercado de trabalho porque, antes de tudo, coloca-se como resposta a uma demanda social de incentivo ao primeiro emprego por meio da democratização ao seu acesso.

3 I DESIGUALDADES SOCIAIS EM CONTEXTO

Seja de renda, de raça ou de gênero, o fato é que as desigualdades estão presentes

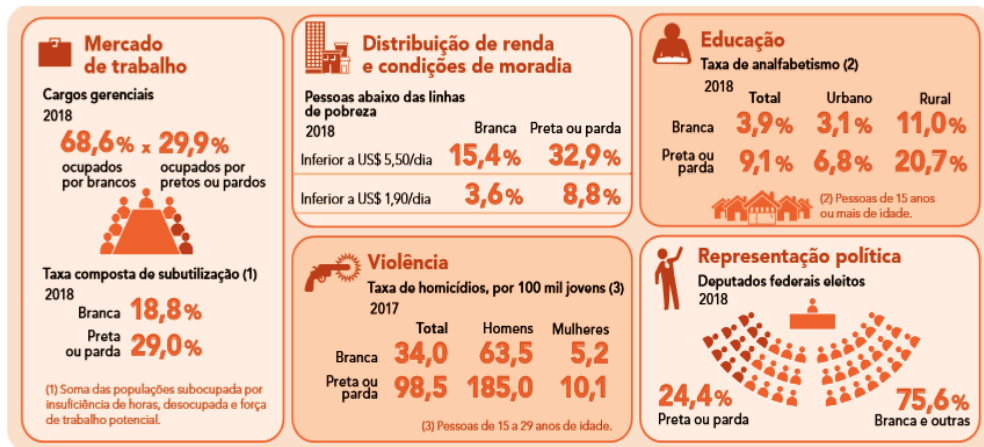
no convívio social dos indivíduos nos mais diversos contextos e não há como serem negadas. Apesar da crescente modernização e intensificação de seus processos produtivos, o Brasil apresenta enorme desigualdade na distribuição de renda. Segundo dados de um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, o país bateu recorde de crescimento na desigualdade de renda per capita.



Índice de Gini sobre a Renda do Trabalho nos Domicílios Per Capita

Fonte: FGV/IBRE

O índice de gini dispõe de uma escala que varia entre 0 a 1 e, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade constatada. No caso do gráfico acima, embora apresentando variações, o Brasil atingiu a maior taxa de desigualdade de renda desde 2012, chegando a 0,627 em 2019. No que tange à desigualdade de raça, esta se expressa de modo mais efetivo no preconceito étnico-racial, diferenciando salários, níveis de escolaridade, formas de tratamentos, dentre outros, como mostra o quadro a seguir:



Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Com relação ao gênero, para compreendê-lo é preciso atentar para a história do feminismo. Enquanto movimento social organizado, este tem suas raízes fincadas no Ocidente do século XIX. Diferentemente de suas precursoras da primeira onda que, dentre tantas coisas, lutavam pelo direito de participação ao voto, sendo muito conhecidas como “as sufragistas”, a instauração da segunda onda do movimento feminista incide sobre os anos finais da década de 1960 e suas militantes reivindicavam acesso ao mercado de trabalho e à educação, reorganização familiar e direitos reprodutivos (LOURO, 1997).

O feminismo se consagrou não apenas por ser um movimento social de grande adesão, mas também por tornar-se uma corrente de pensamento, ou seja, porque além de ter uma agenda política pela qual lutar, de igual modo se preocupou em desenvolver um corpo teórico que pudesse validar essa luta. É precisamente aqui que o conceito de gênero, à priori concebido com John Money, ganhou notoriedade. Os primeiros estudos feministas apontavam a segregação social e política das mulheres, o silenciamento que estas sofriam, bem como a existência de uma ordem social que as subordinava.

Popularizado pelas feministas anglo-saxãs, o termo gênero passou a ser acionado como uma forma de referir-se à organização social das relações entre os sexos, mais especificamente, para ressaltar o caráter social das distinções centradas nestes por meio da linguagem, rejeitando toda e qualquer forma de argumentação biológica que justificasse a relação dominação/subordinação imbricados neste processo (SCOTT, 1995). O gênero serve, assim, como uma ferramenta analítica e política ao mesmo tempo (LOURO, 1997).

Nascia, então, o conceito de gênero enquanto sexo culturalmente construído. Dito de outra forma, neste momento a intenção era levar a discussão para o terreno social com o intuito de mostrar que as desigualdades resultavam da ênfase que se dava às

características biológicas ou sexuais. Notadamente homens e mulheres são diferentes, no entanto, não são as características em si que promovem as desigualdades, mas a forma como elas são percebidas e valorizadas

Conforme a historiadora social feminista norte-americana Scott (1995), a chave para a redução das desigualdades estaria na desconstrução da lógica binária masculino/feminino porque tal desconstrução implica na observância de que o poder se exerce em várias direções (em rede) e no reconhecimento de que no interior de cada pólo existem diferentes formas de masculinidades e feminilidades. O grande pensamento que permeou esses estudos e que ajuda a compreender o objetivo proposto são as relações de poder com ênfase na dominação do homem e a subordinação da mulher.

O que explica, então, o fato de muitas mulheres ocuparem os mesmos cargos que os homens no mercado de trabalho, às vezes com um grau de instrução maior e receberem salários inferiores? O segredo para entender tal questão está vinculado ao processo de colonização, associado à forma como as bases do capitalismo foram lançadas, refletindo na maneira como as mulheres foram incorporadas ao mercado de trabalho. O confinamento da mulher à esfera doméstica está relacionado ao estabelecimento do patriarcado e da instituição da família monogâmica. Com isso, o espaço público por se tratar do âmbito de produção de riquezas, é valorizado como domínio de atuação masculina e o espaço doméstico passa a ser entendido como lugar de reprodução e domínio feminino.

Com o advento e fortalecimento do capitalismo essa situação é gradativamente alterada, pois as mulheres abandonaram os lares para serem empregadas como mão-de-obra barata, especialmente, em funções que expressavam um reflexo daquilo que elas já faziam em casa como atividades têxteis, de limpeza, cuidadora de idosos e de crianças, dentre outros. A partir da eclosão das duas grandes Guerras Mundiais, as mulheres seguiram num fluxo contínuo para o mercado de trabalho. Posto que os homens precisavam estar junto às trincheiras, elas ocuparam o lugar dos maridos e como a quantidade de mortos e sobreviventes feridos era muito grande, elas continuaram em seus postos (MUNIZ; BACHA; PINTO, 2015).

É basicamente a partir da intensificação do processo de globalização por volta dos anos 1980, mais precisamente na década de 1990, que a participação feminina nos rendimentos econômicos nacionais tornou-se mais efetiva. Desde então, as mulheres passaram a estar lado a lado com os homens, dividindo os mesmos espaços no mercado de trabalho, seja em gabinetes, lojas, escritórios, indústrias e outros em que nem era possível constatar a sua presença como na construção civil, condução de transportes coletivos, segurança pública e etc.

De uma forma geral, vários fatores cooperaram para a inclusão da mulher no mercado de trabalho, dentre eles, os avanços tecnológicos, o controle da natalidade, as lutas do movimento feminista e, conseqüentemente, a aquisição de alguns direitos trabalhistas como a jornada de 8 horas de trabalho ao dia, férias remuneradas, além de licença e salário

maternidade (MUNIZ; BACHA; PINTO, 2015). Pensar a crescente inserção de mulheres exercendo atividades em ambientes considerados, mediante uma construção social, como sendo de domínio masculino é um fato que tem suscitado acaloradas discussões, trazendo à tona um conceito que está muito em voga atualmente e que acabou caindo na “boca do povo”, trata-se do empoderamento feminino.

Derivado do inglês “empowerment”, o termo empoderamento foi utilizado inicialmente por militantes de diversos segmentos sociais anglo-saxões, sobretudo norte-americanos, e tem como gênese a Reforma Protestante protagonizada por Lutero em virtude da autonomia que este propagou aos(às) fiéis por atribuir a eles(as) a responsabilidade de ler e interpretar os textos sagrados do cristianismo por si só (BAQUERO, 2012). Apesar de não ser nova, a temática do empoderamento ganha notoriedade no quadro contemporâneo devido à intensificação da atuação dos novos movimentos sociais,

assim, empowerment é um conceito que tem raízes na Reforma Protestante. Contemporaneamente, se expressa nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da “ação social”, presentes nas sociedades dos países desenvolvidos, na segunda metade do século XX. Nos anos 70, esse conceito é influenciado pelos movimentos de auto-ajuda, e, nos 80, pela psicologia comunitária. Na década de 1990, recebe o influxo de movimentos que buscam afirmar o direito da cidadania sobre distintas esferas da vida social, entre as quais a prática médica, a educação em saúde, a política, a justiça, a ação comunitária (BAQUERO, 2012, p. 175).

Caindo no gosto popular, a expressão adquiriu diversos significados, nem sempre de caráter político. Dito isto, quando se fala de empoderamento feminino, pretende-se afirmar o processo de conquista da autonomia, da autodeterminação, trata-se de um fim em si mesmo. De acordo com Sardenberg (2006), falar de empoderamento feminino é colocar por terra as ataduras da opressão de gênero, questionando e propondo alternativas que não perpetuem desigualdades sociais e é neste sentido que ele está sendo empregado nesta investigação.

Por isso, a importância social desta pesquisa consiste no fato de que cada vez mais é possível notar um aumento do número de mulheres engajadas em atividades profissionais e, principalmente, em postos de trabalho que antes eram pouco ocupados por elas, porém com o agravante de que ainda é possível constatar a diferença salarial tomada em comparação com homens que ocupam os mesmos cargos que elas, além destas últimas dividirem-se entre tarefas domésticas e cuidados com a família.

4 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPO

Como a presente investigação está centrada nas alunas do CETI Prof. Joca Vieira enquanto objeto de estudo, foi realizado um mapeamento na escola com vistas a identificar quem são as discentes participantes do Programa Jovem Aprendiz. Em virtude das turmas de 1ª e 2ª séries do Ensino Médio serem integrais, não foi possível detectar nenhuma

aluna das séries em questão inseridas no Programa devido à jornada de estudos³, o que inviabiliza sua inserção no mercado de trabalho ainda que apenas por meio expediente. Dito isto, somente as alunas da 3ª série do Ensino Médio estavam aptas a conciliar estudos e trabalho por fazerem parte da modalidade de ensino regular.

De uma forma geral, pouquíssimos são os(as) alunos(as) da instituição educacional em questão que desempenham alguma atividade profissional no mercado de trabalho formal, pois quase a totalidade deles(as) dedica-se somente à vida estudantil. Sendo assim, das cinco turmas de 3ª série, foi possível identificar apenas cinco alunas empregadas pelo Jovem Aprendiz, o que corresponde aproximadamente a uma média de 1 aluna por turma. Apesar de parecer um número pouco expressivo, elas se constituem a maioria se comparadas com os rapazes, dos quais foram encontrados apenas dois alunos participantes do Programa.

Depois de identificadas as discentes, foram empreendidas entrevistas individuais com perguntas que interessavam ao problema norteador desta pesquisa. Como resultados, pode-se inferir que as mesmas possuem cerca de 1 ano de participação no Programa e além de se dividirem entre estudos e trabalho, realizam atividades secundárias como cursos profissionalizantes, cuidados com a família no tocante aos irmãos mais novos ou atividades domésticas (nesta última elas são unanimidade), apesar disso, conseguem dar conta de todo o encargo. Dentre outras coisas, todas exercem atividades administrativas ou de auxílio em seus empregos, complementam a renda familiar e, sobretudo, afirmam que a inserção no mercado de trabalho trouxe consigo maturidade mental, determinação para buscar os objetivos pessoais e mais responsabilidade para arcar com as consequências de suas próprias ações.

Com uma faixa etária de 17 anos, esse empoderamento se faz ser vivenciado por elas, para além do acesso à renda, na medida em que as mesmas demonstram autoconfiança consigo mesmas no que diz respeito à tomada de decisões pertinentes a situações de sua própria casa e de questões particulares, quando são consultadas pelos próprios familiares para mediar situações da vida cotidiana, na acessibilidade para sair de casa com segurança e autonomia na companhia de amigos(as).

A confiança que elas deixam transparecer através da maneira como lidam com as diferentes situações, reflete na forma como os(as) seus(suas) responsáveis flexibilizam o acompanhamento com os estudos porque têm conhecimento daquilo que está à cargo delas e que, com competência, elas desempenharão seus afazeres. Trata-se de uma questão de “amadurecimento”, de começar a enxergar essas jovens como protagonistas de suas vidas inseridas num período de transição. Com isso, elas estão num processo de liminaridade em que já saíram da infância, porém ainda não são completamente adultas.

É importante ressaltar ainda que a abordagem deste processo de ocupação de

³ A modalidade de ensino integral possui uma jornada de estudos que vai de 7h e 30min. à 15h e 45min. de segunda à sexta-feira. Já o ensino regular vai de 7h e 30 min. à 12h e 15 min.

vagas no mercado de trabalho pelas mulheres requer um pouco de cuidado, pois é possível constatar que a desigualdade salarial obriga muitas mulheres a permanecerem numa situação de dependência com relação aos seus parceiros, mesmo estando empregadas. Por isso,

apesar dos progressos, as mulheres continuam a enfrentar a discriminação, marginalização e exclusão, ainda que a igualdade entre homens e mulheres seja um preceito internacional universal, um direito humano fundamental e inviolável. [...] Embora muito se tenha conseguido através da integração dos princípios e ações sobre responsabilidade corporativa, diversidade e inclusão, ainda não se atingiu participação equilibrada das mulheres nos distintos postos de trabalho – desde a presidência da empresa até o chão da fábrica e a cadeia de suprimentos (ONU MULHERES, 2016, p. 4-5).

Neste sentido, falar de igualdade de gênero não significa dizer que homens e mulheres devem ser tratados como idênticos, na verdade, ambos os sujeitos são diferentes, mas quando estas últimas lutam por igualdade o que elas querem é que seus atributos não sejam determinados pela categoria do gênero. A discussão insere-se no campo político para demonstrar que pode haver sim igualdade salarial, de direitos e de oportunidades sem que necessariamente o gênero seja acionado como elemento diferenciador entre tais indivíduos.

5 | CONCLUSÃO

Mediante tudo o que fora dito anteriormente esta pesquisa demonstrou, ainda que preliminarmente, que o Programa Jovem Aprendiz contribui para o desenvolvimento socioeconômico das alunas do CETI Prof. Joca Vieira na medida em que com a sua inserção no mercado de trabalho, elas passaram a ter mais influência no âmbito doméstico, autonomia na esfera pessoal e possibilidades de ascensão na instância profissional/educacional.

O desafio de superação das desigualdades sociais de gênero tem sido conquistado às duras penas pelas mulheres no decorrer da história porque constantemente elas têm que provar que são capazes, que são competentes e que conseguem desempenhar com eficiência aquilo que a elas foi incumbido e nem é preciso mencionar que a situação se agrava quando o elemento racial entra em cena, em termos de uma interseccionalidade nas relações de gênero.

A invisibilidade feminina, promovida por meio de inúmeros discursos sobre a vida privada, tomando o espaço doméstico como algo de domínio da mulher está sendo progressivamente desconstruído, o que não quer dizer que tal fenômeno já esteja erradicado, daí a necessidade de fomento a ações que combatam dadas situações de vulnerabilidade.

Desempenhando atividades profissionais fora de casa, elas passaram a ocupar

empresas, lojas, escritórios e outros setores do mercado de trabalho, algumas vezes exercendo funções secundárias outras vezes ocupando cargos de liderança. Tendo isso em mente, parte-se do pressuposto de que a partir da experiência profissional adquirida por meio do Programa Jovem Aprendiz, as alunas do colégio-foco desta pesquisa podem galgar níveis mais altos no mercado de trabalho porque apreendem habilidades, competências para tanto.

REFERÊNCIAS

BAQUERO. Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. *In: Revista Debates*, Porto Alegre, v.6, n.1, jan.-abr. 2012, pp.173-187.

BRASIL. **Decreto nº 5.598**, de 1º de dezembro de 2005.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

_____. **Lei da Aprendizagem**: Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

_____. **Manual da aprendizagem**: o que é preciso saber para contratar o aprendiz. Brasília: TEM, SIT, SPPE, ASCOM, 2009.

CARVALHO, João Victor M.; ROCHA, Antônio Carlos dos S. Juventude ativa: a aplicabilidade da Lei da Aprendizagem em Teresina-PI. *In: Anais do VII Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2017, pp. 748.

DESIGUALDADE de renda no Brasil bate recorde, aponta levantamento do FGV IBRE. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/desigualdade-renda-brasil-bate-recorde-aponta-levantamento-fgv-ibre>. Acesso em: 27/10/2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. Pesquisa qualitativa: problemas teórico-metodológicos. *In: A arte de pesquisar*: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004, pp. 53-60.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica. n.41. IBGE, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MUNIZ, Danilo Dias; BACHA, Felipe Barcellos; PINTO, Julia Massini. Participação Feminina no Mercado de Trabalho. *In: Rev. Científica Eletrônica UNISEB*. Ribeirão Preto, v.6, n.6, jul/dez.2015, pp. 82-97.

ONU MULHERES. **Princípios de empoderamento das mulheres**: igualdade gera negócios. Pacto Global das Nações Unidas, 2016.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**. Trabalho apresentado no I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In*: **Educação e Realidade**. Vol. 20 (2), jul/dez. 1995, pp. 71-99.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: conceitos, tipologias e sub-áreas. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães, em dezembro de 2002.

SOBRE O ORGANIZADOR

ELÓI MARTINS SENHORAS - Professor associado e pesquisador do Departamento de Relações Internacionais (DRI), do Programa de Especialização em Segurança Pública e Cidadania (MJ/UFRR), do Programa de MBA em Gestão de Cooperativas (OCB-RR/UFRR), do Programa de Mestrado em Geografia (PPG-GEO), do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras (PPG-SOF), do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) e do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em Economia. Graduado em Política. Especialista pós-graduado em Administração - Gestão e Estratégia de Empresas. Especialista pós-graduado em Gestão Pública. Mestre em Relações Internacionais. Mestre em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. *Post-Doc* em Ciências Jurídicas. *Visiting scholar* na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na University of Texas at Austin, na Universidad de Buenos Aires, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México e na National Defense University. *Visiting researcher* na Escola de Administração Fazendária (ESAF), na Universidad de Belgrano (UB), na University of British Columbia e na University of California, Los Angeles. Professor do quadro de Elaboradores e Revisores do Banco Nacional de Itens (BNI) do Exame Nacional de Desempenho (ENADE) e avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Professor orientador do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RR) e pesquisador do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI). Organizador das coleções de livros Relações Internacionais e Comunicação & Políticas Públicas pela Editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), bem como colunista do Jornal Roraima em Foco. Membro do conselho editorial da Atena Editora.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 113, 115, 116, 117, 121, 122, 125, 127, 133, 135

América Latina 1, 2, 4, 7, 8, 9, 10, 115, 116, 132, 136, 139

B

Brasil 2, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 39, 65, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 89, 93, 98, 99, 110, 118, 127, 128, 130, 131, 137, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 162, 163, 168, 169, 174

Burocracia 53, 54, 57, 58, 63, 68, 75

C

Capitalismo 3, 17, 19, 55, 56, 57, 59, 63, 129, 133, 162, 170

Carajás 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164

China 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55

Colômbia 10, 11

Colonialidade 1, 2, 3, 8, 9

Conflitos 42, 43, 50, 79, 92, 135, 138, 153, 154, 155, 156, 158, 161, 162, 163

Controle social 4, 40, 111, 113, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 137

D

Democracia 5, 8, 37, 38, 39, 74, 75, 115, 118, 138, 141, 142, 143, 144, 145

Desigualdade 3, 6, 101, 130, 133, 135, 148, 168, 173, 174

Discurso 4, 6, 8, 10, 35, 37, 132, 133, 141, 142, 143, 144, 145

E

Educação básica 128, 129, 131, 134, 136

Eleições 44, 48, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 92, 93, 116, 144

Elite 2, 4, 6, 10, 11, 148, 150, 151

Estado 2, 3, 4, 5, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 44, 47, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 69, 73, 74, 76, 81, 82, 93, 97, 98, 99, 114, 115, 117, 118, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 161, 162

Estado de exceção 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Estados Unidos 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 78, 137

Executivo 68, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 108, 138, 151, 154

G

Gênero 3, 132, 165, 166, 167, 169, 171, 173, 174, 175

Globalização 1, 4, 5, 6, 8, 35, 133, 170

Golpe 146, 147, 149, 150, 151, 152

Governo 7, 20, 21, 23, 24, 27, 29, 30, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 112, 113, 117, 135, 137, 138, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 154, 167

Guerra 22, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 48, 137

I

Independência 8, 41, 45, 46, 47, 49, 90

Instituições 1, 2, 4, 5, 24, 26, 28, 29, 48, 49, 54, 65, 66, 70, 73, 76, 108, 109, 113, 115, 116, 126, 132, 135, 137, 138

Intersetorialidade 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 121, 124, 126, 127

Intervenção 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 46, 89, 126, 129, 136

Iraque 31, 35, 36, 37, 38, 39

J

Jovem aprendiz 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174

Justiça 8, 23, 146, 147, 148, 151, 159, 171

L

Legislativo 77, 78, 79, 80, 81, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 108, 135, 151

Legitimidade 1, 3, 7, 53, 54, 55, 56, 62

M

Mcdonaldização 53, 55, 59, 60, 61, 62, 63

Mentalidade 7, 10, 11, 34

Mercado de trabalho 24, 26, 27, 74, 117, 129, 165, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 174

Mineração 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 163

Modernidade 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 53, 54, 55, 56, 63, 64

Movimentos sociais 115, 116, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 154, 171

O

Ódio 141, 142, 143, 144, 145, 149, 150

ONG 136, 137, 166

ONU 24, 29, 36, 42, 45, 46, 52, 173, 175

P

Participação 7, 24, 27, 28, 29, 57, 62, 63, 73, 81, 91, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 114, 115, 118, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 131, 133, 134, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 165, 166, 169, 170, 172, 173, 174

Poder(es) 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 32, 35, 36, 37, 41, 43, 44, 48, 49, 56, 58, 63, 67, 77, 78, 79, 86, 88, 89, 90, 94, 108, 115, 131, 133, 138, 141, 142, 143, 146, 147, 149, 152, 156, 170

Polarização 82, 141, 142, 143, 144, 145

Políticas públicas 20, 21, 29, 53, 69, 73, 76, 89, 95, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 137, 138, 139, 175, 176

R

Racionalidade 3, 53, 60, 62

Reformas administrativas 65, 66, 69, 71, 73, 76, 83

Refugiado(s) 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30

Refúgio 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30

Regime internacional 20, 21

S

Saúde 21, 24, 25, 26, 27, 29, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 132, 133, 136, 139, 144, 148, 153, 171

Sociedade 1, 6, 7, 21, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 43, 50, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 69, 74, 75, 92, 114, 115, 118, 124, 126, 127, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 163, 165, 176

SUS 13, 16, 17, 112, 113, 114, 115, 116, 122, 125, 126, 127

T

Taiwan 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52





Terceiro setor 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

V

Veja 31, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 134

W

Weber 17, 19, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 94

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ciência Política: **Poder e Establishment**

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ciência Política: **Poder e Establishment**